

MUDANÇAS NÃO SÃO NOVIDADE

Desta vez, a revisão do acordo do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI) tornou-se necessária num prazo muito curto, em menos de dois meses, por causa da mudança brusca na política cambial. Mas para o Fundo não é exatamente uma novidade a reformulação dos compromissos assumidos pelo Brasil, a partir do não cumprimento das metas acordadas.

Na maioria dos 13 acordos já firmados entre o Fundo e o Brasil, o FMI descobriu, monitorando a economia brasileira, que os compromissos das famosas cartas de intenções não estavam sendo cumpridos. Como resultado, o repasse de recursos foi suspenso. Em algumas situações, o governo brasileiro deci-

diu romper com o FMI no meio do acordo e abrir mão do dinheiro que ainda tinha para receber.

As relações entre o Brasil e o Fundo começaram em 1958, 14 anos depois de essa instituição ter sido criada. O presidente Juscelino Kubitschek conseguiu empréstimo de US\$ 200 milhões. As parcelas não foram liberadas, porém, porque o governo não colocou em prática as medidas que havia prometido. Um ano depois, as negociações continuavam, até que Juscelino suspendeu tudo.

O programa de ajuda mais recente, fora o atual, começou a ser negociado em 1992, no governo de Fernando Collor. O FMI comprometeu-se a emprestar US\$ 2 bilhões para garantir a estabilidade econômica no Brasil. Uma gafe do chefe da delegação do FMI, porém, atrapalhou tudo. Ele disse que a Constituição brasileira tinha que ser mudada e o governo exigiu seu afastamento. Depois veio o impeachment de Collor e as negociações foram suspensas.